

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.829 - RJ (2019/0300115-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JOSE WILTON FRANCO FIGUEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ WILTON FRANCO FIGUEIRA - RJ128974
PAULO RENATO FORTUNATO DA SILVA JUNIOR - RJ211232
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : TELMO DE SOUZA CAPELA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de TELMO DE SOUZA CAPELA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que denegou a ordem postulada no HC n. 0055401-18.2019.8.19.0000

Depreende-se dos autos que o paciente, preso preventivamente, figura no polo passivo da Ação Penal n. 0178109-04.2018.8.19.0001, em trâmite perante o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de São Gonçalo/RJ, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, ambos majorados pelo emprego de arma de fogo.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte local, alegando, em síntese, cerceamento de defesa em razão da determinação do Juízo de primeiro grau para que a defesa técnica do ora paciente apresentasse suas alegações finais, sem, contudo, que fosse juntado aos autos o HD de monitoramento eletrônico, apreendido no local da prisão de Telmo, que continha filmagens imprescindíveis para sua defesa.

No entanto, em julgamento realizado no dia 24/9/2019, a Primeira Câmara Criminal do TJRJ denegou a ordem pleiteada, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 75):

Habeas Corpus. Artigos 33 e 35, c/c o art. 40, IV, todos da Lei n.º 11.343/06, n/f do art. 69 do CP. Prisão preventiva. Alegação de ocorrência de excesso de prazo e constrangimento ilegal por cerceamento de defesa. Excesso de prazo não caracterizado.

Superior Tribunal de Justiça

Juízo a quo que determinou a expedição de todas as diligências necessárias ao cumprimento da decisão proferida no Habeas Corpus nº 0028844-91.2019.8.19.000. Requisitos autorizadores da custódia já analisados por esta Câmara no julgamento de outro HC. Constrangimento ilegal não demonstrado no caso. Ordem denegada.

Opostos embargos de declaração, os quais foram providos pela Corte local, sem efeitos modificativos, apenas para substituir o texto da ementa e suprimir o último parágrafo de pasta, incluindo em seu lugar outros dois parágrafos, para, desse modo, fazer constar o real entendimento do colegiado, com a manutenção do acórdão do HC em todos os seus termos. A saber (e-STJ fls. 70/72):

" Habeas Corpus. Artigos 33 e 35, c/c o art. 40, IV, todos da Lei n.º 11.343/06, n/f do art. 69 do CP. Prisão preventiva. Alegação de ocorrência de constrangimento ilegal por cerceamento de defesa, pela ausência de juntada aos autos de imagens colhidas através sistema interno de vigilância e que, supostamente, comprovariam a inocência do paciente. Constrangimento não caracterizado, juízo a quo que determinou a expedição de ofício à 74.ª DP, solicitando o encaminhamento da mídia requerida, como também, autorizou ao patrono do réu que, caso queira, retire o ofício para cumprimento junto à referida delegacia. Requisitos autorizadores da custódia já analisados por esta Câmara no julgamento de outro HC. Ausência de modificação da situação fático-jurídica desde a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva. Ordem denegada. No entanto, a mídia deve ser juntada aos autos antes da apresentação das alegações finais da defesa. Parcial concessão da ordem para determinar que a mídia seja juntada aos autos em 48 horas."

Dois últimos parágrafos:

"No entanto, deve ser expedido ofício ao Juízo de origem, para que seja determinada a juntada da mídia aos autos principais, em 48 horas, ou seja, antes da apresentação das alegações finais defensivas.

Ante ao exposto, concede-se parcialmente a ordem para determinar a juntada da mídia aos autos, em 48 horas, nos exatos termos acima. "

Ainda inconformada, no presente *habeas corpus*, a defesa

Superior Tribunal de Justiça

insiste na nulidade da ação penal em desfavor do paciente, ao argumento que, em patente cerceamento de defesa, a prova contida no HD apreendido no local da prisão foi "perdida" pelo Estado do Rio de Janeiro, bem como foram descumpridas as determinações do acórdão n. 0028844-91.2019.8.19.0000.

Ainda, alega o excesso de prazo na prisão preventiva do paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, seja reconhecida a nulidade absoluta da Ação Penal, bem como seja determinado, no prazo de 24 horas, o cumprimento do acórdão mencionado.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal impetrado e ao Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de São Gonçalo/RJ acerca do alegado na presente impetração, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

